

APÊNDICE 3

ATAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

3.1

ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, às dezenove horas e trinta minutos, foi realizada a primeira Audiência Pública visando à elaboração do Plano Diretor de Ponta Grossa, nas dependências da Câmara Municipal de Ponta Grossa, sito a Avenida Visconde de Taunay, nº880 na Cidade de Ponta Grossa – Paraná, reuniram-se representantes de diversas entidades conforme lista de presença anexa a esta Ata. A reunião foi aberta pelo Mestre de Cerimônias Sr. Emanuel Penteado que solicitou a composição da mesa dos trabalhos com as seguintes autoridades: Sr. José Ribamar Krüger – Secretário Municipal de Planejamento, Sr. Delmar Pimentel – Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ponta Grossa, Sr. Edgar Wirmond Arruda – Coordenador do Escritório Regional do Paraná Cidade, Sr. Gerveson Tramontim Silveira – Integrante da Comissão representando a Câmara Municipal de Vereadores, Sr. Carlos Storer- Serviço Autônomo do ParanáCidade, Sr. Glauco Pereira Júnior- ParanáCidade, Sra. Sandra Maria Hansen Peixoto- Engenheira Civil da Secretaria Municipal de Planejamento, Sra. Bruna Degraf Martins – Arquiteta do Instituto de Planejamento Urbano de Ponta Grossa, Sr. Elton Cunha Doná – Representando os segmentos da Sociedade Civil presentes a audiência. A seguir o mestre de cerimônias lê a correspondência enviada pelo Vereador Alessandro Lozza Pereira de Moraes, justificando sua ausência devido a outros

compromissos assumidos no mesmo horário. Na seqüência informou que a Comissão Organizadora do processo de revisão e elaboração do Plano Diretor do Município de Ponta Grossa, que foi criada pela Lei nº 8225 de 13 de setembro de 2005, é composta da seguinte forma: dezessete representantes do Poder Executivo, três representantes do poder Legislativo, um representante de cada uma das seguintes entidades: União por morada Popular – titular: Roseli Vieira do Nascimento, suplente: Píer Luigi Larocca, Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa- titular: Paulo Roberto Domingues, suplente: Ana Luiza Kubak Tozetto, Central de Movimentos Populares- titular: Roland Rodolfo Rutyna, suplente: Rita Gabre, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Ponta Grossa- Titular: Elton Cunha Dona, suplente: Silvia Magali Contim, Rotary Club de Ponta Grossa Campos Gerais- titular: Johny Nicolau Saad, suplente: Yukinori Yunekubo, Associação Planeta Azul de Defesa e Preservação do Meio Ambiente do Município de Ponta Grossa- titular: Janilce Negrão Messias, suplente: Edílson Gorte, Rotary Clube Ponta Grossa Centenário- titular: Altair Ramalho, suplente: Céres Regina Aguiar Vieira, Lions Clube de Ponta Grossa Pitangui- titular: Moisés Remus, suplente: Sérgio Augusto Wosgrau, Ordem dos Advogados do Brasil- titular: Siriane Gemi Fogaça de Almeida, suplente: Anderlise de Cássia Toso, Lions Clube Ponta Grossa Cruzeiro do Sul- titular: Beatriz Fanucchi Gaia, suplente: Luci Terezinha Rodrigues Milan, Universidade Estadual de Ponta Grossa – titular: Edemar Vargas, suplente: Carlan Seiler Zulian, Rotary Club de Ponta Grossa – titular: Domingos Barbosa Menezes Júnior, suplente: Amarildo Antonio Pamio, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia- titular: Joana Maria Biagi Bertocco, suplente: Gerson Carneiro, Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa- titular: Celso Augusto Santana, suplente: Moises Remus, Lions Clube de Ponta Grossa Centro- titular: Álvaro Benedito Di Piero, suplente: João Manoel Grott, Conselho Regional de Corretores de Imóveis- titular: Fábio Bapstista Machado, suplente: Geraldo Bubniak. O Mestre de Cerimônias dá continuidade a Audiência, informando que o Governo Municipal reúne nesta data, lideranças, entidades de classe, Clubes de Serviços, Associações de Moradores, Sindicatos, pessoas físicas e jurídicas, a comunidade em geral, para receber

orientações de como poderão participar da revisão do Plano Diretor de 1992 do Município de Ponta Grossa, permitindo assim que todo cidadão seja representado nesse processo, podendo colocar a sua posição, reclamando ou sugerindo ações que contribuam nesse sentido. Informa ainda que questionários foram distribuídos na entrada desta Câmara Municipal para que os presentes possam inserir nos mesmos suas posições, sendo que qualquer cidadão pode e devem responder a esse questionário, que foi também encaminhado antecipadamente para entidades de classe e associações. Com base nessas respostas e nas manifestações que acontecerão durante as audiências é que será elaborado o novo Plano Diretor, como determina a Legislação Federal, através do Estatuto das Cidades. Outras audiências públicas serão marcadas para a discussão das propostas de mudança do Plano Diretor e com a garantia de ampla participação de todos os interessados. O Mestre de Cerimônias informa ainda que a Câmara Municipal programou para os dias dezessete, dezoito e dezenove deste mês, o simpósio “Plano Diretor e Estatuto da Cidade”, que vai ajudar a esclarecer ainda mais,, o que é Plano Diretor, e como funciona o processo de sua elaboração, através de oficinas e mesas-redondas. Informa também que durante esta audiência será proferida a palestra com o analista Carlos Storer da ParanaCidade, especialista nesse setor, que irá contribuir para os esclarecimentos necessários quanto a elaboração do Plano Diretor. Informa ainda que até o dia vinte de julho do corrente ano, deverá o poder executivo apresentar ao poder legislativo Municipal o Projeto de Lei relativo ao Plano Diretor de Ponta Grossa. A seguir passou a palavra ao Secretário Municipal de Planejamento Sr. José Ribamar Kruger, o qual fez a abertura da Audiência Pública e proferiu as seguintes palavras “Estamos dando início hoje ao processo de ampliação das ações destinadas à revisão do nosso Plano Diretor. Para isso, é fundamental a participação popular. Não só porque é previsto pela legislação, mas porque é interesse da nossa administração, que todo cidadão tenha um compromisso com o bem estar da cidade em que vive e com o seu futuro. Gostaria de lembrar a vocês que no hall de entrada estão mapas que apresentam, de uma forma fácil de visualizar e compreender, alguns equipamentos urbanos e serviços

prestados em toda a cidade, divididos por área: por exemplo, escolas, postos de saúde, ruas pavimentadas, rede de água e de esgoto, áreas de ocupação- objeto de regularização fundiária, o mapa de edificação dentro do perímetro urbano e a divisão por zonas, residencial, comercial, especial e de serviços. Hoje teremos a palestra do Consultor Carlos Storer, do ParanáCidade, e a seguir abriremos espaço para perguntas e questionamentos relativos, gostaria de frisar, a participação popular e comunitária nesse processo. Ainda não é o momento de tratarmos de questões pontuais, como reivindicações diretas e a indicação de prioridades e sugestões. Todos receberam, logo na entrada um questionário que nós gostaríamos fosse devolvido, preenchido, ainda hoje ou no menor espaço de tempo possível, para que essas idéias, críticas e sugestões ajudem a fundamentar as próximas etapas do nosso trabalho. Gostaria de lembrar a todos que mesmo aquelas entidades e associações que não compõem a comissão de revisão, podem e devem se manifestar, apresentar seus pontos de vista, sugestões e reivindicações. Nossa equipe estará à disposição de todas as entidades, para agendar ainda hoje os horários para esses primeiros contatos, que serão feitos a partir de amanhã. Conto com a atenção e participação de todos vocês. Desfez-se a mesa e a seguir iniciou-se a exibição do vídeo "Sintonia da Cidade", em seguida o mestre de cerimônias passou a palavra ao palestrante Sr. Carlos Storer, analista do ParanáCidade que deu as boas vindas a todos em nome da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano – SEDU, diz que tem percorrido diversas cidades do Paraná no sentido de esclarecer as dúvidas pertinentes a construção do Plano Diretor das cidades, e que o vídeo exibido está sendo utilizado amplamente como instrumento de esclarecimento de todos os envolvidos na elaboração do Plano Diretor, a seguir passa para a palestra efetivamente a qual está documentada através de filmagem e o material visual utilizado durante a palestra está anexado a esta Ata. Após o termino da explanação, o microfone foi aberto para questionamento dos participantes. O Sr. Sérgio Dosanete – Presidente da Associação de Moradores questiona o motivo pelo qual a União das Associações de Moradores de Ponta Grossa- UAMPG, não foi convidada e como podem participar na

elaboração do Plano Diretor, quanto ao primeiro questionamento o Secretário Municipal de Planejamento informou que a UAMPG foi convidada porém não demonstrou interesse em sua participação, quanto ao segundo questionamento o palestrante Sr. Carlos informa que a população terá participação através das audiências públicas, conferências, respostas aos questionários que foram entregues antes do início desta Audiência, a participação em debates e diz também que a Universidade tem papel fundamental e deve estar envolvida nesse processo. O Padre Ademir da Guia, representando o Bispo D. Sérgio da Diocese de Ponta Grossa e pergunta qual instrumento será utilizado para a divulgação desse processo junto à população rural: O palestrante informa que diversas estratégias podem ser utilizadas, em uma delas o Governo do Estado está disponibilizando a utilização do vídeo que foi hoje exibido para a sua reprodução e distribuição, reuniões com a comunidade, qualquer cidadão pode acessar ao site do Ministério da Cidade e obter informações, além de material de divulgação como folders, cartazes e etc. O Sr. Albari da Associação de Moradores da Maria Oflia questiona quando o Governo Municipal irá dar as primeiras respostas aos questionamentos quanto as pavimentações: O palestrante diz que no Plano Diretor estarão elencados as prioridades estabelecidas, e que o pleito de verbas estará vinculado também a capacidade de investimento etc. A Sra. Fany Slud indaga quanto a obra de revitalização do calçadão da Cel. Cláudio, onde estava afixada uma placa do ParanaCidade, e indagou o porque a obra não foi concluída: O Secretário de Planejamento diz que a obra foi licitada no ano de 2004 e a empreiteira não concluiu os serviços, uma vez que a Fiscalização da Prefeitura não aprovou as obras pela baixa qualidade, mas no segundo semestre deste ano as obras devem ser retomadas. O Sr. Edgar – Coordenador do Escritório Regional do ParanáCidade de Ponta Grossa, informa a Sra. Fany que o Contrato da Empreiteira foi firmado com a Prefeitura Municipal, portanto a mesma após fiscalização embargou as obras pela baixa qualidade. A Sra. Fany coloca então que o cidadão acaba pagando a conta por obras inacabadas. O Sr. Edgar esclarece que a Empreiteira não recebeu pelos serviços realizados, tendo em vista a baixa qualidade e por isso a obra está

parada aguardando novo Contrato. A Sra. Marli, aluna do curso técnico de Meio Ambiente, gostaria de saber onde ela e os demais alunos do curso podem contribuir na elaboração do Plano Diretor: O Secretário de Planejamento pede que a Sra. Marli e demais interessados agendem horário junto aos técnicos do Município para que possam discutir sua participação. O Sr. Marcos Levandoski da Associação de Moradores do Jardim Tropeiros I e II, questiona sobre o domínio do Parque Estadual de Vila Velha, tendo em vista que os recursos da arrecadação do Parque vão para o Estado, questiona também se com relação aos Parques Nacionais a Ministra teria levado em consideração o Plano Diretor do Município? O palestrante diz que embora a administração do Parque Estadual de Vila Velha seja estadual, pode se tentar uma negociação com o Governo do Estado para a sua administração e que o Município também é beneficiado com o Parque tendo em vista o repasse de ICM's Ecológico ao Município, quanto aos Parques Nacionais as temáticas de Meio Ambiente e Urbanismo competem a legislação concorrente, ou seja, o Município, Estado e União podem legislar porém terá validade a esfera com critérios restritivos. O Prof. Carlos Hugo Rocha da Universidade Estadual de Ponta Grossa, questiona quais são os instrumentos de regularização fundiária e também qual serão as ações que a contemplam o meio rural? O Secretário de Planejamento informa que todas as pessoas podem participar mesmo não estando na Comissão, visando um Plano Diretor abrangente sem a exclusão do meio rural, quanto aos instrumentos de regularização fundiária esses serão amplamente discutidos futuramente, tendo em vista que esta audiência é de esclarecimento da população. O Prof. Carlos Hugo insiste no questionamento dos instrumentos de regularização fundiária, então o palestrante Sr. Carlos Storer informa que existem vários instrumentos entre eles o usucapião que pode ser individual e coletivo, além da autorização para moradia. A seguir o Vereador Gerveson Tramontim sugeriu que seja definida uma agenda de trabalhos para a Comissão, visando o fortalecimento dos segmentos da comunidade e quem sabe expandir essas reuniões para diversas regiões da cidade. Na seqüência o Secretário de Planejamento Sr. José Ribamar Kruger, agradece a presença de todos, solicita que os questionários sejam

entregues a equipe que se encontra no saguão da Câmara Municipal, e informa também que um Coquetel será servido aos presentes. Às vinte e uma horas e trinta e minutos, a reunião foi encerrada e sem mais para a presente, encerro também esta ata que vai por mim assinada e demais presentes.